



santa maria da feira assembleia municipal

### **EDITAL N.º 14/2023/DAOA-AM**

CARLOS JORGE CAMPOS DE OLIVEIRA, Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira: -----

Torno público que, nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se afixa, no átrio do edifício dos Paços do Concelho, em anexo ao presente edital e do qual faz parte integrante, a ata da sessão extraordinária desta Assembleia Municipal de 13 de junho de 2023, aprovada na sessão ordinária de 30 de junho de 2023, e vai outro de igual teor ser publicado no sítio da Internet do Município de Santa Maria da Feira. ---  
Paços do Concelho de Santa Maria da Feira, 3 de julho de 2023. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,

(CARLOS JORGE CAMPOS DE OLIVEIRA)



**ATA N.º 12** – No dia 13 de junho de 2023, reuniu, às 20 horas e 45 minutos, no Europarque, em Sessão Extraordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria Feira, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia, Carlos Jorge Campos de Oliveira, integrando ainda a Mesa a 1.ª Secretária da Mesa, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, com a seguinte “Ordem do Dia”:

**Ponto Único – Consulta Pública - Estudo de Impacte Ambiental referente ao 1.º troço do projeto da Nova Linha Ferroviária de Alta Velocidade entre Porto e Lisboa.**

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e pelos Vereadores Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria (Vice-Presidente), Sónia Marisa Lopes Azevedo, Vitor Carlos Latourrette Marques, António Gil Alves Ferreira, Ana Cristina Prego Simões Ozório, Mário Jorge de Castro Reis, Márcio Santos Correia, Sérgio Manuel Murteira Cirino, Maria Manuela de Jesus Ferreira Alves e Délio Manuel Ferreira Carquejo.

O **Sr. Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, começando por saudar todos os presentes e a quem assistia à sessão via on-line, assim como às intérpretes da Língua Gestual Portuguesa.

Anunciou que a sessão se encontra a ser transmitida em direto e on-line, e que se depreende que os eleitos prestam o seu consentimento para o efeito, informando ainda que se encontra, junto à entrada da sala, uma declaração para ser subscrita pelo público presente, para, dessa forma, ser prestado o consentimento em cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).

Dando início aos trabalhos, deu nota da impossibilidade da 2.ª Secretária da Mesa da Assembleia, Eva Lúcia Fernandes da Costa, participar na



sessão, daí haver necessidade de completar a Mesa. Convidou, para esse efeito, o grupo municipal do PS a indicar um membro, tendo sido designado o membro Virgílio da Silva Ribeiro, o qual integrou a Mesa.-----

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia informou que os membros Eva Lúcia Fernandes da Costa (PSD), Lia Andreia Cristóvão Ferreira (PS) e Tiago de Oliveira Paiva (BE) comunicaram não poder estar presentes, pelo que, nos termos legais e regimentais, são substituídos pelos cidadãos imediatamente a seguir nas respetivas listas, do modo a seguir discriminado:-----

- Eva Costa: substituída pelo António Perestrelo de Lima;-----
- Lia Ferreira: substituída pela Alexandra Patrícia Alves de Sousa;-----
- Tiago Paiva: substituído pelo Eduardo Gabriel Baptista Couto *(uma vez que a cidadã imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – Bianca Santos de Almeida – fez comunicar à Mesa da impossibilidade de participar nesta sessão).*-----

-----  
Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 53 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente:-----

*Pelo Partido Social Democrata (PSD):*-----

Carlos Jorge Campos de Oliveira; Cristina Manuela Cardoso Tenreiro; João Luís Almeida Cunha; Ana Rafael Lima Lamas Barros; Rodolfo Antero Oliveira Castro; Carlos Eduardo Soares de Seixas; Serafim Manuel da Rocha Guimarães; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Joana Patrícia Fonseca da Silva; José Moreira de Jesus Castro; Jorge Manuel Fernandes Oliveira da Silva; Ana Patrícia Bastos da Cunha; Mário Jorge Soares da Silva Brito; António Perestrelo de Lima; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Manuel Pereira dos Santos; Arrifana – Ricardo Leite de Oliveira; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fiães – António Valdemar Fontes de Pinho Ribeiro; Fornos – César Jorge Pais Resende; Lourosa – Armando de Fontes Teixeira;



Mozelos – José Carlos Pinto da Silva; Paços de Brandão – Avelino Carvalho Costa; Rio Meão – Maria da Conceição Fidalgo da Silva; Romariz – Nuno Joel Valente de Sousa Rocha; Santa Maria de Lamas – André Filipe Vivas Ramalho da Rocha; São João de Ver – Nuno João Marques Soares Albergaria; São Paio de Oleiros – Maximino Francisco da Costa; União das Freguesias de caldas de São Jorge e Pigeiros – José Carlos Baptista Martins; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; e União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Fernando Luís Milheiro de Pinho Leão, -----

*Pelo Partido Socialista (PS):*-----

Susana Alexandra Lopes Correia; Manuel Oliveira de Almeida; Domingos Manuel da Silva Florim; Job Santos Silva; Marco Aurélio Oliveira de Jesus; Rosa Maria Pinto da Silva; Daniel Tavares Gomes; Virgílio da Silva Ribeiro; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Cláudio Alexander Brandão da Costa; Marco António Gomes Gonçalves; Alexandra Patrícia Alves de Sousa; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios; Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – David António Henriques das Neves; e União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Francisco Manuel de Oliveira Andrade; -----

*Pelo Bloco de Esquerda (BE):* Eduardo Gabriel Baptista Couto; -----

*Pelo Partido Popular (CDS-PP):* Ângelo Manuel Andrade Santos;-----

*Pela Iniciativa Liberal (IL):* Carlos Ferreira Martins da Silva; -----

*Pelo Chega (CH):* Miguel Branco Santos Alves; -----

*Pela Coligação Democrática Unitária (CDU):* Carlos Miguel Moreira Cunha; --

*Independente (IND):* Manuel António Martins de Melo – Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares.-----

*Faltou à sessão, sem se fazer substituir:* Susana Daniela Ferreira da Silva (PSD).-----



**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

**Ponto Único – Consulta Pública - Estudo de Impacte Ambiental referente ao 1.º troço do projeto da Nova Linha Ferroviária de Alta Velocidade entre Porto e Lisboa**-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual aludindo à deliberação camarária de 9 de junho de 2023, bem como a respetiva documentação instrutória, oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal, solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia que usasse da palavra a Chefe da Unidade de Informação Geográfica, Eng.ª Sandra Resende, da Câmara Municipal, para fazer a explanação do assunto – o que foi aceite.-----

-----  
Usou da palavra a **Eng.ª Sandra Resende**, que fez a sua intervenção com auxílio de documento projetado em tela. Começou por dizer que o projeto da linha de alta velocidade em apreço faz parte do Plano Nacional de Investimento (PNI) 2030, e tem vários objetivos, não só o de ser uma linha para o trajeto de comboios de alta velocidade, mas também o de libertar a atual Linha do Norte que, de momento, se encontra muito congestionada.--

Referiu que a construção da linha de alta velocidade entre Porto e Lisboa estava prevista para o início de 2023, tendo iniciado com o estudo prévio em discussão e com a avaliação do impacte ambiental.-----

Disse que, conforme apresentado pela empresa pública Infraestruturas de Portugal (IP), o projeto tem 3 fases, dando nota que a fase que diz respeito a Santa Maria da Feira é a fase 1, nomeadamente o troço Porto-Soure, que se irá desenvolver de 2023 a 2028. Informou que, dentro deste troço, haverão 2 lotes, e que o primeiro é aquele que passa em Santa Maria da Feira, ou perto, que é o lote Porto/Aveiro, e que é sobre este lote que incide a avaliação ambiental que está em consulta pública.-----

Em relação às características do projeto informou ser uma linha de alta



velocidade, constituída em via dupla, ou seja, com dois sentidos, para dois comboios. Referiu que, ao contrário do antigo projeto do TGV, em formato de bitola europeia, a linha de alta velocidade será formatada em bitola ibérica, tal como a Linha do Norte, e permitirá, fazer o percurso entre a estação da Campanhã e a estação do Oriente, em 1H15. -----

Disse que o corredor terá uma largura a oscilar, entre os 14 e os 25 metros, explicando que 14 metros vai ser a dimensão da linha de alta velocidade, com a dupla via, mas que a IP, nos estudos, indica que, ao longo da via, surgirão caminhos de serviço para manutenção, pelo que, em certos troços, a largura atingirá os 25 metros. -----

Quanto à cronologia do projeto disse que tudo começou há muitos anos, em 2010, altura em que se falou do TGV, tendo havido um estudo prévio e uma avaliação de impacte ambiental, incluindo uma publicação de uma Declaração de Impacte Ambiental, a qual onerou o território de Santa Maria da Feira em 200 metros, para cada lado do eixo, dessa linha do TGV, ficando esse corredor onerado e privado de construção durante 2 anos. Informou que, em 2012, esse projeto e as medidas preventivas caíram, levando à anulação da Declaração de Impacto Ambiental. -----

Prosseguindo a sua intervenção disse que, desde essa altura até ao ano de 2021, não se ouviu falar da linha ferroviária, pelo menos de forma oficial, até 2021, data em que a IP contacta a Câmara. -----

Deu nota que, desde 2021 até agora, houve interações com o Município, tendo este acompanhado o processo da maneira na medida do possível, estando-se, nesta altura, novamente na fase do estudo prévio e da avaliação de impacto ambiental. -----

Informou que o período de consulta pública vai terminar no dia 16 do corrente mês de junho e, depois, vai ser lançada uma nova Declaração de Impacte Ambiental que vai onerar novamente o território de Santa Maria da Feira em 200 metros para cada lado do eixo durante o tempo necessário até à construção da linha, a qual está prevista para 2030 e, nessa altura,



aquando da Planta Parcelar, a faixa de proteção reduz para 50 metros para cada lado do eixo. -----

Informou, de seguida, o trabalho realizado pela Câmara, designadamente as reuniões realizadas e os contactos feitos desde 2021, dando nota que, em novembro de 2021, há uma primeira reunião em que a IP comunica ao Município uma nova fase do TGV, que era a LAV - Linha de Alta Velocidade, transmitindo os objetivos gerais e apresentando os dois traçados, o A e o B, que eram os traçados que já vinham do projeto do TGV, partindo do pressuposto que, como tinham sido objeto de uma Declaração de Impacte Ambiental favorável, seriam um ponto de partida para ser, novamente, estudados. -----

Informou que, logo nessa altura, o Município de Santa Maria da Feira respondeu por escrito, comunicando a sua posição no sentido de defender o traçado B, que este não entra no concelho de Santa Maria da Feira, embora passe muito perto, e que o traçado A se sobrepõe, em alguns pontos, no território. Reforçou que, já nessa altura, o Município defendeu o traçado B e, caso a IP optasse pelo traçado A, teria de haver uma solução para minimizar os respetivos impactes. -----

Disse que, em 2022, em sede da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), a CCDR Norte transmite ao Município que os traçados não são para ser incluídos no PDM enquanto não houver a Declaração de Impacte Ambiental. -----

Referiu que foi feita uma segunda reunião com a IP, presencial, na Câmara, passado mais de meio ano da primeira, em que a IP apresentou os mesmos traçados, A e B, não tendo sido apresentada qualquer alternativa ou variante, apesar de a Câmara já ter mostrado interesse em mudar o traçado. Informou que, nessa altura, a IP dá abertura ao Município para tentar concertar com o Município de Ovar uma solução de mútuo acordo, tendo o Município reiterado a escolha da solução B, caso não houvesse alterações no traçado A. -----



Referiu que, logo de seguida, foi realizada uma reunião com o Município de Ovar, em que houve concertação, para o acordo de um traçado mais ajustado aos dois territórios, tendo-se solicitado à IP que enviasse ao Município desenhos com mais pormenor ao nível de aterros, desaterros, etc., mas que tal não aconteceu, tendo a IP enviado novamente as soluções A e B. Entretanto, passaram-se 10 meses sem qualquer informação pelo lado da IP, embora o Município tenha entrado várias vezes em contacto com aquela entidade, a qual respondia com a análise e os estudos em curso, justificando que, quando houvesse alguma indicação, contactaria o Município. -----

Disse que, no dia 15 de maio de 2023, o Município recebeu um ofício a dizer que estava aberto o período de consulta pública, não tendo havido qualquer interação ou comunicação ao Município dos traçados, das soluções ou das variantes. Referiu que o estudo que está em consulta pública já apresenta a Variante Monte Mourão, a Variante de Vila Nova de Gaia, a ILBA Ovar, ou seja, variantes aos traçados originais, das quais o Município, só toma conhecimento através do portal Participa, como qualquer cidadão, sem ter recebido qualquer documentação a esse respeito. -----

Informou que, logo em seguida, o Executivo efetuou reuniões com todas as Juntas de Freguesia para decidir uma estratégia, acrescentando que foram realizadas sessões públicas em Espargo e em São Paio de Oleiros e que a Assembleia de Freguesia de Rio Meão realizou uma sessão extraordinária, dando nota que estas três freguesias são aquelas que têm mais impacto ao nível do edificado, caso venha a ser escolhido o traçado A. Fez notar que o assunto também foi discutido pela Câmara Municipal numa reunião extraordinária, estando a ser também discutido pela Assembleia Municipal na presente sessão. -----

Em relação à incidência dos traçados A e B, reafirmou que o traçado B não incide no Município, enquanto o traçado A incide sobre as freguesias de





Espargo, Rio Meão, São Paio de Oleiros, Travanca, São João de Ver, São Miguel de Souto e Nogueira da Regedoura, sendo que em São João de Ver e em Travanca, o traçado passa apenas por cima de terrenos, enquanto nas outras freguesias afeta vários núcleos habitacionais e industriais.-----

Referiu que cada um destes núcleos já foi estudado e fotografado, informando que, a opção pela solução A, provoca, no concelho, 89 demolições do edificado, constituído por habitações, anexos, indústria ou serviços.-----

Acrescentou que o estudo de impacte ambiental aponta como solução mais favorável uma solução que é um misto da ILBA Ovar, que tem início na zona de Ovar, passando para a solução A, depois passando para a Variante Monte Mourão, e depois voltando à solução A. Nesta última solução, são 70 os edifícios afetados no Município de Santa Maria da Feira.-----

Salientou que o Município sempre discutiu com a IP a necessidade de uma solução alternativa, tendo enviado à IP uma proposta, no seguimento de uma solução que é concertada com o Município de Ovar, que se prende com um traçado que tem ligeiras alterações àquele que está indicado como o mais favorável no estudo de impacte ambiental. Este traçado afetaria 32 edifícios no Município, dos quais 17 são anexos, o que traduz uma diminuição de mais de 50% das demolições.-----

Mencionou que, naturalmente, não se pode fazer um traçado por onde o Município quer, porque existem vários fatores técnicos, nomeadamente, as inclinações, as curvaturas e outros aspetos, pelo que é preciso conjugar toda a informação, acrescentando que este é um estudo que, agora, o Município irá propor e estudar com a IP, trabalhando-se, uma solução alternativa, entre a solução A e B, no limite dos dois concelhos. Afirmou que terá de ser realizada uma análise da dinâmica do território porque, nos últimos 12 anos, Santa Maria da Feira, já teve 2 revisões do PDM, 3 alterações por adaptação do PDM, assim como outros planos, havendo toda uma estratégia futura a contemplar para o Município. Salientou que,



não é somente o que está construído, mas também a estratégia que se pretende para o Município, ressaltando que é preciso ter em conta que Santa Maria da Feira é o 3.º município, da zona Norte e Centro, com mais empresas e desenvolvimento económico, frisando que este progresso não pode parar. Assim, este novo estudo terá que colocar Santa Maria da Feira, de alguma forma, numa interconetividade com a Linha do Norte e com o Metro, coisa que não acontece com o atual porque, neste, a linha passa em Santa Maria da Feira, mas não há qualquer paragem, qualquer interação, não há ligações ao Metro nem à Linha do Norte, reiterando que tal interconetividade promoveria o desenvolvimento do Europarque, por exemplo, assim como a expansão da cidade, em consonância com um projeto que está há muito tempo delineado e pensado para Santa Maria da Feira. -----

Referiu que o novo estudo tem ainda como objetivo valorizar a paisagem e a identidade cultural do Município, os valores ecológicos, promover estudos de dados concretos da fauna e da flora existente no Concelho, porque tais estudos não foram feitos, assim como valorizar, uma solução que tenha menos obras de arte, como pontes, viadutos, aterros e desaterros, acrescentando que a solução que é apresentada pela IP como a mais favorável é a que tem mais obras de arte, portanto, com imensos impactos ambientais. -----

Disse que a linha deve sempre evitar o isolamento de populações vizinhas, para não desgarrar as pessoas dos seus núcleos habitacionais, para não fazer com que núcleos existentes sejam traçados e umas pessoas fiquem de um lado da linha e as outras do outro lado. -----

Salientou que, além disso, é importantíssimo, ao nível das expropriações e indemnizações, rever todos os valores de referência que são apresentados, porque são muito baixos, e evitar que os tempos de execução sejam muito curtos, o que impossibilita às pessoas afetadas garantir condições idênticas às que tinham. -----



Fez notar que o portal Participa é público e que nele estão todos os relatórios, traçados, desenhos, taludes, pontes, viadutos, pelo que todos os interessados o podem consultar, reafirmando que o Município não teve acesso a mais nenhuma documentação para além da que consta no portal. Realçou que está a decorrer a fase de estudo prévio, e que, depois de um estudo, surge um projeto, comentando que, muitas vezes, os projetos alteram, de maneira mais ou menos significativa, os traçados e as soluções apresentadas. -----

Concluindo, deu nota que a consulta pública está a decorrer até dia 16 de junho de 2023 e que todos os interessados devem participar, a autarquia, as freguesias, a população em geral, frisando que, quantos mais participarem, melhor será para o Concelho de Santa Maria da Feira. -----

Usou novamente da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que disse que a explanação feita pela Eng.<sup>a</sup> Sandra Resende deu uma perspetiva do que está em causa para o território de Santa Maria da Feira, fazendo notar que a Câmara Municipal, na sua reunião extraordinária, realizada no dia 9 de junho de 2023, já se pronunciou, por unanimidade, sendo favorável ao traçado B. Realçou que o traçado B não atravessa o território de Santa Maria da Feira, que atravessa o território de Ovar, acrescentando que, compreendendo as razões que assistirão ao município de Ovar, espera que Santa Maria da Feira não seja prejudicada com a escolha do traçado A porque esse é, de facto, o pior traçado para o Município de Santa Maria da Feira. Referiu que, sendo escolhido o traçado A, isso obriga a demolir 89 edifícios, dos quais 31 são habitações, ressaltando que demolir uma habitação é dramático, ainda por cima quando os valores das indemnizações são baixos. -----

Salientou que, seja qual for o traçado escolhido, entende que as pessoas devem ter muita prudência na abordagem do processo expropriativo, defendendo bem os seus interesses. Referiu que entre o momento da



expropriação, em que a pessoa tem de abandonar a sua casa ou o seu terreno, e o momento da indemnização e da compra ou arrendamento de uma casa, há um hiato de tempo, a que se deve dar especial atenção, porquanto, os tribunais, muitas vezes, demoram muito tempo a resolver estes casos. Frisou que tem de haver um especial cuidado no apoio a estas pessoas, caso se venha a verificar a situação que provoca a demolição de habitações, fazendo notar que o Município está a acompanhar o processo e que estará sempre ao lado das populações, informando-as da melhor maneira possível. -----

Reforçou que a solução defendida pelo Município é o traçado B, e, em alternativa, o traçado concertado entre o Município de Santa Maria da Feira e o de Ovar, que chamaria de traçado C, que provocaria menos impacto tanto a Santa Maria da Feira como a Ovar. -----

Concluindo sublinhou que, neste momento, estão em cima da mesa os traçados A e B, e o que se propõe, é que esta Assembleia Municipal delibere no sentido de ser escolhido o traçado B, pois é esse que melhor defende o Município de Santa Maria da Feira. -----

-----  
Interveio o membro **Carlos Cunha** (CDU) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“O investimento na ferrovia nacional é crucial para a coesão interna e para a ligação de Portugal-Espanha e restantes países europeus, depois de anos de desinvestimento e desregulação, que provocaram a degradação das infraestruturas e a supressão de ligações. -----

A linha de alta velocidade, tal como temos reivindicado desde há dezenas de anos, é uma infraestrutura absolutamente estratégica para o País e para a rede ferroviária nacional. -----

Em relação ao documento enviado pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira solicitando parecer e tomada de posição da Assembleia Municipal



em relação à escolha de um dos dois trajetos apresentados, parece-nos importante, em primeiro lugar, destacar a posição em o trajeto que cause menor impacto para a população e economia local, tentando conciliar esta posição com o trajeto que cause também menor impacto ambiental se assim for possível, bem como exigir que as compensações financeiras sejam devidamente atualizadas, tornando-as mais justas para quem perde os seus bens. -----

Valorizando o trabalho meritório elaborado pelos técnicos da autarquia, encontrando o traçado que melhor defende os interesses dos munícipes, bem como o trabalho proativo da autarquia em colaboração com a autarquia vizinha, para encontrar um traço benéfico para ambos, surpreende-nos a postura das Infraestruturas de Portugal em não ter tido uma postura aberta e construtiva ouvindo os representantes da população destes dois grandes concelhos do nosso distrito.” -----

-----  
Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“O país enfrenta desafios constantes no que diz respeito ao desenvolvimento e ao progresso. No entanto, há momentos em que é necessário avaliar cuidadosamente as instruções de certas mudanças, principalmente quando essas mudanças iram alterar diretamente a vida das pessoas. Neste texto, abordaremos a questão da demolição de 31 habitações, 6 unidades fabris, serviços e 52 anexos, que afetará várias freguesias no concelho de Santa Maria da Feira, tudo em prol de um projeto de um comboio de alta velocidade que ainda está em fase de estudo. Nós, políticos eleitos pelos Feirenses, assumimos a responsabilidade e a obrigação de proteger todas as famílias envolvidas nesse projeto, garantindo seu bem-estar e preservando os postos de trabalho nas unidades fabris. É importante considerar que estamos a

---



enfrentar uma crise financeira muito grave, que tende a se agravar no futuro muito próximo conforme o Sr. Presidente da Camara de Santa Maria da Feira já o frisou varias vezes nas diversas assembleias passadas.-----

A ideia de um projeto de um comboio de alta velocidade é, sem dúvida, uma iniciativa que busca o desenvolvimento econômico e social do nosso país. No entanto, é necessário ponderar cuidadosamente os efeitos diretos que esse projeto terá nas comunidades tradicionais. A demolição de habitações, unidades fabris e anexos não afeta apenas a vida das pessoas diretamente envolvidas, mas também de suas famílias e de toda a comunidade.-----

A proteção das famílias que estarão diretamente asseguradas pela demolição é uma preocupação primordial nesse processo. Essas famílias construíram lares ao longo dos anos, investindo tempo, recursos e emoções. Como políticos, temos o dever de garantir que seus direitos e bem-estar sejam respeitados. -----

Além disso, devemos considerar os efeitos psicológicos e emocionais que a perda de uma residência pode causar. Muitas famílias estabeleceram vínculos com suas comunidades e vizinhos ao longo do tempo, e o deslocamento forçado poderia ter um impacto significativo em seu equilíbrio emocional e mental. -----

Outra questão crucial é a preservação dos empregos nas unidades fabris confirmadas pela demolição. Em um momento de grave crise financeira, manter esses postos de trabalho é fundamental para a sobrevivência econômica das famílias envolvidas. A perda desses empregos poderia agravar ainda mais a situação financeira da região e dificultar a recuperação econômica a longo prazo.-----

Portanto, é nossa responsabilidade buscar alternativas viáveis que causem a continuidade das atividades industriais nestas unidades fabris, ao mesmo tempo em que são consideradas as necessidades de infraestrutura para o projeto do comboio de alta velocidade. -----



A crise financeira que estamos a enfrentar atualmente já apresenta consequências devastadoras para a população. Demolir habitações e unidades fabris em um momento como este só aumentará o desemprego, a instabilidade econômica e o sofrimento das famílias envolvidas. -----

Além disso, é importante lembrar que a crise financeira vai piorar no futuro próximo. Portanto, é importante que sejamos cautelosos e que tomemos decisões responsáveis que levem em consideração o impacto a longo prazo do projeto de um comboio de alta velocidade. -----

Neste texto, discutimos a discutida demolição de 31 habitações, 6 unidades fabris, serviços e 52 anexos em várias freguesias Nogueira da Regedoura, Mozelos, São Paio de Oleiros, Rio Meão, Espargo e Souto, em prol de um projeto de um comboio de alta velocidade que já esteve, ainda está e estará em fase de estudo. Ressaltamos a importância de proteger acima de tudo as famílias envolvidas nesse projeto, garantindo seu bem-estar e a manutenção dos seus postos de trabalho e as unidades fabris. ----

Em um contexto de crise financeira grave e com perspectivas de agravamento, é essencial que atuemos com responsabilidade e consideremos cuidadosamente os impactos sociais e psicológicos de nossas decisões. A proteção das famílias e dos empregos deve ser uma prioridade acima de qualquer projeto de desenvolvimento.”-----

-----  
Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“Este é um assunto que tem uma dimensão técnica e outra política. -----  
Não queremos aqui, até porque não temos tempo nem é essa a nossa competência, discutir com todo o detalhe as tecnicidades deste assunto. ---

Centremo-nos então na dimensão política. -----  
Enquanto eleitos, estamos aqui para defender os interesses das nossas populações e o desenvolvimento do nosso concelho. -----



Com convicção, mas sem demagogia.-----  
Por isso, e sob o ponto de vista político, acompanhamos, obviamente, a  
posição da Câmara Municipal e iremos votar favoravelmente a proposta  
que vem hoje à Assembleia Municipal. -----  
Temos a certeza de que, nesta sala, estamos todos de acordo com a  
necessidade de garantir o menor impacto possível do traçado no comboio  
de alta velocidade no nosso concelho, em termos sociais, económicos,  
ambientais e patrimoniais.-----  
Acompanhamos as preocupações das famílias e empresas afetadas pela  
proposta de traçado prevista no estudo de impacto ambiental e lutaremos  
ao seu lado na defesa dos seus interesses e na procura de soluções que  
melhor defendam os seus direitos. -----  
É isso que estamos também a fazer hoje. -----  
No entanto, queremos deixar aqui um conjunto de considerações, que dão  
suporte à nossa posição política sobre este assunto. -----  
No seu programa, a Iniciativa Liberal apresentou um conjunto de  
propostas relativas ao Plano Ferroviário Nacional, que aqui resumo: -----  
• Defendemos a aposta clara na implementação de um ambicioso plano  
ferroviário para o país;-----  
• Defendemos a ligação por via ferroviária de todas as capitais de distrito a  
Lisboa ou ao Porto, de modo a estarem a, no máximo, duas horas de  
distância – o que, para além do impacto positivo a nível económico, social e  
cultural, gerará oportunidades, oferta de serviços e emprego, prosperidade  
e qualidade de vida para além de acelerar a trajetória do país no  
cumprimento das metas de descarbonização;-----  
• Este plano ferroviário prevê um investimento total de 20 mil milhões, ao  
longo de 15 anos, assumindo-se como a principal aposta do PRR;-----  
• Defendemos a substituição de traçados atuais, para atualização das  
condições de transporte e operação ao longo dos grandes eixos nacionais;--  
• A Linha do Norte, principal eixo ferroviário do país, ligando Lisboa ao





Porto, sofre há décadas de défice de capacidade, impactando os tempos de viagem ao longo deste eixo (onde se concentra cerca de metade da população nacional), cujos serviços mais rápidos continuam no patamar das três horas, alcançado pela primeira vez em 1981;-----

- Ao mesmo tempo, os tráfegos mais lentos – onde se contam os comboios suburbanos, regionais e de mercadorias – têm a sua oferta fortemente restringida pela falta de capacidade das vias, sendo particularmente difícil obter horários viáveis adicionais nas horas de ponta; -----

- Defendemos que este investimento se justifica em especial havendo uma separação entre a componente de infraestrutura versus a exploração, que deverá ser feita por modelos de concessão e em concorrência. -----

Também a nível do concelho de Santa Maria da Feira esta tem sido a prioridade política da Iniciativa liberal. -----

Temos trazido o tema da mobilidade e transportes a quase todas as reuniões da Assembleia Municipal. -----

Não nos resignamos com um sistema de mobilidade subdesenvolvido, pouco acessível, mal conectado, lento e pouco seguro. -----

Na Assembleia Municipal de 28 de junho de 2022, dizíamos aqui:-----

- É difícil e moroso chegar em transporte público aos núcleos urbanos mais próximos, nomeadamente ao Porto, à sede de distrito e às sedes dos concelhos vizinhos.-----

- Mesmo dentro do concelho, falta-nos quantidade, qualidade, segurança e conforto na oferta de transporte público para nos deslocarmos entre as freguesias e mesmo dentro dos núcleos urbanos. -----

- Estamos integrados na Área Metropolitana, mas só os outros têm Metro. Aqui é uma miragem. -----

- Temos um sistema ferroviário do século XIX, o Vouguinha, que não serve para ligar as freguesias do concelho e menos ainda para nos conectar com os principais eixos do país. Um sistema assente em automotoras a diesel, poluentes, degradadas e sem conforto. -----



Na mesma reunião, perguntávamos qual era o plano de investimentos previstos para Santa Maria da Feira a realizar nos próximos anos pela REFER e Infraestruturas de Portugal. -----

Em resposta a essa intervenção, o senhor presidente disse que na semana seguinte, iria reunir com o Sr. Ministro porque haveria uma verba no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para a reabilitação da linha do Vouga, não fazendo qualquer referência à Alta Velocidade. -----

Na reunião de 30/11/22, trouxemos de novo o assunto da mobilidade, em particular, questionando a Câmara Municipal sobre o plano ferroviário nacional. -----

Perguntávamos em particular qual o plano de investimento para a Linha do Vouga e qual o impacto da Alta velocidade no concelho. -----

Em resposta a estas questões, o senhor presidente desdenhou a IL, dizendo que não sabíamos ler os documentos, e que todas as respostas estariam no Plano de Atividades e Orçamento. -----

Referiu ainda que a nova linha de Alta velocidade, seria encostada à A29 e que passaria junto à zona do Europarque. -----

Disse também que já existia consenso com o município de Ovar e com a Infraestruturas de Portugal para tentar obter uma estação naquela zona. ---

Disse que tinha falado com o Ministro para insistir nessa questão, lembrando que Santa Maria da Feira também faz parte do Eixo Atlântico, e que também está nos objetivos do lobby político dessa entidade fazer esta estação. -----

Salientou que a estação ficaria na fronteira entre Ovar e Santa Maria da Feira, perto da A29. -----

Estranhamos por isso, agora esta situação. -----

Afinal a Câmara Municipal só soube desta proposta através do portal participa. -----

Afinal, pelo que vemos nos documentos aqui apresentados:-----

Foram apresentados no dia 26/11/2021, em reunião de trabalho realizada



entre o Município e a Infraestruturas de Portugal - IP, as novas propostas de traçados, A e B, para análise do Município.-----

Dá-se também nota que se realizaram outras reuniões com a Infraestruturas de Portugal até junho 2022, no sentido de promover um traçado alternativo, que aproveitava a solução A e B nas zonas menos impactantes e sugeria novas uniões nas zonas mais problemáticas.-----

Afinal em que ficamos?-----

- Havia contactos com o Ministério e com as Infraestruturas de Portugal ou não?-----

- Faltou capacidade técnica?-----

- Falta de capacidade política?-----

- Porque se aprovaram projetos novos de construção se não havia certeza sobre os traçados?-----

Sabemos que não se constrói um projeto desta escala na zona litoral do país sem atravessar áreas urbanizadas.-----

Sabemos que todas as obras geram impactos.-----

Perante esta situação, defendemos:-----

- A análise técnica de uma proposta alternativa exequível, mesmo que, em algum local tenha de haver enterramento da linha.-----

- A garantir da integração efetiva de Santa Maria da Feira na Rede, integrando o concelho na linha de alta velocidade, quer pela atualização da linha do Vouga e sua ligação rápida à linha do Norte, bem como a ligação a Norte ao metro do Porto.-----

- Uma defesa sólida da posição do concelho nos órgãos de decisão técnica e política.-----

- Defesa intransigente de indemnizações justas às famílias e empresas afetadas.-----

É para isto que temos uma câmara e um presidente.-----

Esperamos que esteja à altura da importância deste concelho.”-----

-----



Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que começou por dizer que é para ele uma honra e um orgulho poder participar numa sessão da Assembleia com a sala tão cheia de público, salientando que este é um sinal de que, quando as pessoas sentem que a sua vida pode ser afetada de uma forma irreversível, reagem. -----

Disse que, estando esta Assembleia a ser confrontada com um trajeto para a linha ferroviária de alta velocidade, também defende o traçado B, por ser aquele que não implica demolições no concelho de Santa Maria da Feira. Reforçou que, com o traçado B, a linha ferroviária de alta velocidade seria executada na mesma, e, embora não proporcionando uma ligação direta de Santa Maria da Feira a essa linha, também não provocaria demolições. -----

Referiu que gostava que o traçado B fosse o escolhido pois sossegava as pessoas afetadas do Concelho que, provavelmente, estão a dormir de forma desassossegada porque veem todo o esforço de uma vida ser posto em causa, de um momento para o outro, devido a um projeto nacional. Disse que esse projeto nacional é necessário, mas que já devia ter sido executado há 20 anos, pois teria sido feito num outro contexto e muitas das demolições agora previstas não seriam necessárias. -----

Disse esperar que haja um acompanhamento muito firme de quem dirige o Município, assim como de todos os órgãos de influência do Município, para salvaguardar todos os cidadãos que terão o seu património posto em causa. Salientou que o Município não pode proibir uma obra de interesse público, mas tem a obrigação e o dever de salvaguardar o interesse privado de cada um. -----

Referiu que as indemnizações vão ser extremamente baixas para a realidade atual, como o Sr. Presidente da Câmara alertara, pelo que não chegarão para comprar outros edifícios, noutras locais, com as mesmas condições dos demolidos. Salientou que, além disto, há toda uma questão sentimental e afetiva, de quem constrói uma casa ou de quem a herdou dos pais, ou de quem quer manter o património de família, e pode ver tudo



isso ser atropelado por um bulldozer devido a uma obra estratégica do país.-----

Disse que não iria falar tecnicamente do projeto porque, para isso, existem engenheiros e técnicos suficientes, mas que espera que esta sessão seja mais um alerta, dado o período da consulta pública terminar no dia 16 do mês em curso, assim como espera que todos os cidadãos de Santa Maria da Feira sejam permanentemente defendidos, não sejam lesados, até porque muitos não têm conhecimentos técnicos ou influências perante o Poder.-----

Concluindo a sua intervenção, reafirmou que defende o traçado B porque, com este, e uma vez que não vai ser possível ter uma estação na zona do Europarque/Rio Meão, o Município de Santa Maria da Feira deixa construir a linha de alta velocidade, mas não sofre os impactos ambientais.

-----  
Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“Louvo esta sala cheia, com a esperança de que o povo ainda é soberano e que a democracia participativa é a verdadeira fonte de transformação social, a mobilização nestes momentos é sempre importante e contem com o Bloco nesta luta. -----

Hoje debate-se o transporte público, um tema que diz muito ao Bloco de Esquerda, cuja discussão faz ainda mais sentido em Santa Maria da Feira, onde as pessoas não conseguem chegar ao Porto em linha férrea e a pouca que existe está num estado lastimável. Onde o andante não chega a tanta gente. -----

Onde os autocarros são velhos e as carreiras obsoletas. -----

Onde um idoso lida com um pesadelo autêntico para chegar de transportes públicos ao seu hospital. -----

Onde um jovem não consegue ter meios de locomoção sem ser o seu

---



próprio automóvel. -----  
Os transportes públicos são o parente pobre em Santa Maria da Feira, e esta linha de alta velocidade não vem resolver esse problema tão profundo na vida dos feirenses. -----  
Convém dizer que este projeto se trata de uma promessa antiga, de vários governos, mas com tanta maturação esperava-se uma proposta mais madura, que melhor acautelasse o interesse público. -----  
Urge dizer que o Governo, com a sua arrogância centralista e desfasada das realidades locais, decide tomar novamente as decisões sem ouvir os demais órgãos soberanos eleitos pelo povo. E claro, sem ouvir – como é seu hábito – o próprio povo. -----  
Emendas em cima do joelho não resolvem devidamente questões de tão grande importância para a vida das pessoas e são um verdadeiro atropelo às vontades e anseios normais numa democracia. -----  
Salvaguardando algumas ressalvas. Opomo-nos à imprudência que a resposta do Governo apresenta e estamos do lado dos pareceres ambientais e dos interesses das nossas gentes, para o Bloco, a solução para a alta velocidade passa por um projeto equilibrado, que neste caso significa respeitar os interesses de quem aqui vive e construiu toda uma vida na sua comunidade.-----  
No meio deste debate tenho uma questão ao Sr. Presidente: -----  
Em que termos foi feita a concertação com Ovar para uma tomada de posição conjunta em torno desta proposta? -----  
A vontade das nossas comunidades devem ser a prioridade na hora da execução de qualquer obra pública.-----  
Por isso mesmo, acompanhamos a posição que reuniu unanimidade em reunião de Câmara e votaremos favoravelmente do traçado B, deixando a ressalva que há muito, mas mesmo muito, por fazer pela ferrovia em Santa Maria da Feira e no país e que o Bloco cá estará com a sua génese reivindicativa na exigência de mais qualidade de vida para as nossas



gentes.”-----

-----  
Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que começou por dizer que, em alguns momentos, referindo-se à apresentação feita pela Eng.<sup>a</sup> Sandra Resende, ficou confusa, quando a mesma fala da ligação, ou não, à Linha do Metro, ou da ligação, ou falta dela, à Linha do Norte, e até nos traçados apontados como alternativos.-----

Assim, disse ter algumas questões a colocar, uma das quais versa sobre as reuniões de concertação feitas com o município de Ovar, pela importância intermunicipal, questionando porque é que não se fizeram também reuniões com os municípios de Espinho ou de Vila Nova de Gaia, no sentido de se conjugarem esforços, até porque Santa Maria da Feira integra a Área Metropolitana do Porto. Salientou que, na sua opinião, e tendo em conta a dimensão do projeto, seria importante perceber se existe alguma conjugação de esforços com a Área Metropolitana do Porto.-----

Referiu que, em 2012, as medidas preventivas caducaram, os corredores de proteção foram suspensos, lamentando que, no período da suspensão, o corredor de proteção tenha sido usado para desenvolvimento e licenciamentos.-----

Manifestou o seu repúdio pelas Infraestruturas de Portugal, tendo em conta os compromissos urbanísticos por ela ignorados e constantes das peças cedidas, de investimentos que se perspetivam acima dos 100 milhões de euros, bem como a fixação de mais de 1200 postos de trabalho, questionando o que é que a Câmara tem para apresentar relativamente a isto, pois desconhece e julga que os restantes membros da Assembleia Municipal também desconhecem.-----

Disse que, considerando que a solução defendida pelo Município é a mais favorável, e querendo estar ao lado do que é apresentado como sendo o mais favorável para o Município, gostava de perceber qual foi a proposta intermédia concertada com o município de Ovar.-----

---



Sublinhou que a proposta apresentada para ser submetida a votação refere que, além da preferência pela solução B, seja considerada e reavaliada uma hipótese alternativa, a qual desconhece, mas que, sendo benéfica para o Concelho, a quer votar, mas necessita de a conhecer, acrescentando que, nas palavras do Sr. Presidente da Câmara, essa alternativa foi concertada com o município de Ovar. -----

Disse que gostava que a Câmara deixasse claro, qual foi, efetivamente, a resposta que a Infraestruturas de Portugal deixou de dar ao Município de Santa Maria da Feira, de forma a que se possa reivindicar e repudiar o comportamento da citada entidade. -----

Disse que o grupo municipal do PS está com o Município na defesa deste traçado alternativo, com sendo o que menos impacta, negativamente, o território de Santa Maria da Feira, tendo em conta o que foi exposto. -----

Solicitou que as questões técnicas sejam acauteladas, como a fragmentação do território, o isolamento em ilhas e aglomerados, o impacto do ruído, e o impacto no desenvolvimento socioeconómico e ambiental do Concelho, pedindo especial atenção para os critérios da justa indemnização e no acompanhamento das questões relacionadas com a habitação, processo difícil, que se arrasta desde 2002. -----

Finalizando, a deputada municipal Susana Correia, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, disse que aquilo que o grupo municipal do PS solicita à Câmara é que esta fale com clareza, transparência e verdade, expondo o processo de forma transparente, e, assim, terá todo o apoio deste grupo municipal. -----

-----  
Interveio o membro **João Cunha** (PSD) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“Esta assembleia municipal extraordinária visa a pronúncia de todos os partidos políticos com assento nesta assembleia acerca da linha de alta





velocidade, nomeadamente, na parte em que a sua passagem pelo nosso território colide com os nossos interesses – pelo que esta não é uma assembleia que mereça ser politizada, mas sim uma assembleia de consensos em torno da defesa do interesse do nosso concelho e da sua população. -----

O Grupo Municipal do PSD historicamente não se opõe ao investimento na ferrovia quer seja de alta velocidade ou tradicional, porém, defende a sua coadunação com a nossa realidade territorial, ambiental, social e económica. -----

Num tempo em que tanto se fala em descentralização em tantas áreas, uma decisão com estas implicações deve efetuar uma efetiva auscultação ao município sobre as várias opções de troços, não sendo tal auscultação apenas recomendável, mas sim, fundamental para melhor salvaguardar a vida das pessoas a todos os níveis, garantindo um planeamento de proximidade e acima de tudo, preservando o presente e garantindo o futuro. -----

O Grupo Municipal do PSD, coloca-se ao lado da sua população, pugnando pela defesa da solução B, ou em alternativa a solução C, assim identificada pelo Sr. Presidente da Câmara, não simplesmente porque sim, mas porque acreditamos ser aquela que do ponto vista técnico é melhor, como bem caracterizou e explicou a proposta da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira. A construção de uma infraestrutura como a LAV é pensada para no mínimo, décadas, provocando profundas alterações e distorções nos territórios e freguesias por onde irá passar. -----

Pelo que não podemos deixar de exigir da IP responsabilidade e um tratamento de proximidade e de equidade, o qual salvaguarde os interesses das populações do concelho de Santa Maria da Feira. Pelo que iremos votar favoravelmente à proposta da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira. -

-----  
Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que disse que uma das



questões que lhe apraz registar nesta sessão da Assembleia, é que tem a certeza que os diferentes partidos adotarão uma posição exclusivamente de preocupação com o interesse do território e das pessoas. Disse que aquilo que interessa, neste momento, é defender a solução B, que é a que melhor defende os interesses do Município, entendendo não valer a pena aprofundar as ligeiras nuances de politiquice. -----

Mencionou que existe uma solução alternativa, concertada entre o Município de Ovar e o Município de Santa Maria da Feira, e que não foi desenhada, propositadamente, para evitar que pudesse ser, antecipadamente, contestada pela Infraestruturas de Portugal, solução que fica no limite dos dois concelhos, na zona poente do Europarque. -----

Disse que, apesar da unanimidade que antevê na votação, algumas das intervenções o surpreenderam, nomeadamente a intervenção da Susana Correia, Deputada da Assembleia da República, tendo em conta que a mesma tem acesso a melhor informação, e que, por isso, terá resposta para muitas das questões que colocou, salientando que a informação prestada pela Eng.<sup>a</sup> Sandra Resende é a que consta no portal Participa e é a mesma que a Câmara detém. -----

Finalizando, o Sr. Presidente da Câmara disse que fala sempre com verdade e com transparência, coisa que muita gente não faz, inclusive, ministros. -----

-----  
Interveio novamente a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que referiu que não iria fazer politiquice, mas que queria reiterar as perguntas que fez em nome do grupo municipal do PS, e que se escusava de repetir. --  
-----

Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) dizendo que colocou apenas uma pergunta, que repetia, questionando em que termos foi feita a concertação com o Município de Ovar para a tomada de posição conjunta em torno desta proposta. -----



Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) dizendo que se está a tentar encontrar o melhor dos mundos possíveis, de forma a causar a menor dor possível, sublinhando que já se percebeu que não vai ser possível concretizar um investimento desta grandeza sem causar grandes prejuízos, mas que, como foi salientado por todos os partidos, aquilo que se espera é que o Município esteja ao lado das pessoas e dos empresários, quando chegar o momento da obra arrancar, de forma a dar o seu suporte e o seu auxílio, até do ponto de vista judicial. -----

Disse que há uma questão que lhe parece bastante relevante, sobre a qual não houve uma resposta cabal, que tem a ver com o momento em que foi solicitada a pronuncia aos municípios. -----

Acrescentou que, dentro do critério socioeconómico, existia, eventualmente, um conjunto de investimentos na casa dos 100 milhões de euros, nomeadamente um projeto masterplan de expansão do Europarque, um hotel e um campo de golfe, referindo que, por um qualquer motivo, a Infraestruturas de Portugal terá ignorado esse aspeto, o que gostaria de ver esclarecido. Questionou porque é que, se esses projetos estavam de alguma forma concertados e validados, não integram os documentos instrutórios do tema em discussão. -----

Frisou que a Infraestruturas de Portugal não pode ignorar a existência de um conjunto de investimentos no valor de 100 milhões, tendo em conta a grandeza do território, a importância política e a importância económica, fatores que poderiam ser suficientes para mudar o parecer da Infraestruturas de Portugal, da opção A para a opção B. -----

Finalizando, o membro Daniel Gomes solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que identifique quais são esses investimentos e em que fase estão. -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL), que começou por questionar qual o calendário previsto, após o dia 16 de junho, e qual é o processo formal de deliberação até à finalização deste processo. -----



Questionou que outras formas de participação da população e das associações empresariais se podem mobilizar, para manifestar esta posição do Concelho, para além das deliberações dos órgãos municipais, Câmara e Assembleia, sublinhando que, na sua opinião, os órgãos políticos são importantes, mas a sociedade pode subscrever esta posição e dar-lhe mais força.-----

Concluindo, perguntou ainda quais são os potenciais investimentos no concelho ligados à rede ferroviária, para além desta linha de alta velocidade no âmbito do processo de investimento do PRR, porque ficou no ar que esta matéria está integrada na relação com o Ministério das Infraestruturas. ----

-----  
Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por dizer que a Eng.<sup>a</sup> Sandra Resende, na sua apresentação, aludiu ao calendário das várias reuniões que existiram, inclusive a sessão de esclarecimento que decorreu no Município de Ovar. Esclareceu que, desde 2021, quando este assunto da linha de alta velocidade voltou a estar na agenda, deixou de haver novos licenciamentos e alvarás naquele traçado.-----

Explicou que existe uma unidade operativa de planeamento e gestão prevista para a zona em questão, e existem alguns investimentos empresariais internacionais, os quais a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. - AICEP conhece, referindo, contudo que, neste momento, não é pertinente divulgar os nomes, até porque há uma determinada fase do processo na qual é exigido sigilo.-----

Informou que a reunião entre o Município de Ovar, o Município de Santa Maria da Feira e a Infraestruturas de Portugal, aconteceu sensivelmente há um ano, acrescentando que foi então sugerida essa alternativa, acrescentando que existe um desenho próprio, mas não foi facultado à Infraestruturas de Portugal, precisamente, para não inviabilizar o estudo mais aprofundado.-----

O Sr. Presidente da Câmara prosseguiu dizendo que, segundo informação



que tem, o traçado passará em vala, a uma profundidade de cerca de 7 metros, o que diminui bastante o impacto visual, acústico e as vibrações, acrescentando que, não vale a pena a preocupação com pormenores, tendo em conta que um estudo prévio é muito diferente de um projeto de execução, e poderão surgir alterações. -----

Relativamente à questão colocada pelo membro Daniel Gomes, o Sr. Presidente disse que também gostaria de saber porque é que os autores do estudo ignoraram todos os investimentos previstos, sublinhando que o PDM - Plano Diretor Municipal contempla os investimentos previstos na parte da expansão do Lusopark. -----

Sobre o calendário, o Sr. Presidente disse que é público, mas que a sua convicção é que não vai ser cumprido, porque é demasiado ambicioso, fazendo notar que qualquer pessoa que lide com contratação pública sabe o tempo que que os projetos demoram. -----

Frisou que a linha ferroviária de alta velocidade é um investimento do Governo Central, e da Infraestruturas de Portugal, mas que, a certa altura, parece que a culpa de alguma coisa que possa correr menos bem tem de ser transferida para a Câmara, destacando que, apesar de ser absolutamente defensor da linha de alta velocidade, está na Câmara para defender os munícipes. -----

Concluindo, disse que aquilo que se pretende, sabendo que o território vai ser cortado, é que o impacto seja o menor possível, salientando que, hoje, não se devem misturar os assuntos, mas apenas defender o território e as pessoas que veem os seus terrenos e as suas casas ameaçadas. -----

-----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) dizendo que o que está a ser votado é a solução B, e reiterando que seja considerada e reavaliada uma hipótese alternativa. Pergunta, assim, se se deixa à mercê da Infraestruturas de Portugal resolver esta hipótese alternativa, e ainda, se não há nada para ver do que foi concertado com o Município de Ovar. ---

---



Questionou, ainda, se tem de se solicitar à Infraestruturas de Portugal informação sobre a razão de ter ignorado os investimentos em questão, ou se a própria Câmara pode facultar a informação que enviou para a referida entidade, frisando que o trabalho da Infraestruturas de Portugal será repudiado, e que não haja dúvidas disso. -----

Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** dizendo que toda a informação está no portal Participa, e que qualquer pessoa pode ter acesso à mesma, sublinhando que não percebe onde é que está a dúvida. -----

Referiu que o resumo técnico menciona que se procurou deslocar a variante do Monte Mourão por causa do impacto socioeconómico, acrescentando que foi na sequência da evidência dos investimentos que seriam colocados em causa, que, inclusive, há um parágrafo a fazer referência aos mesmos. -----

Finalizando, disse que o processo foi mal conduzido, reforçando que, desde junho/julho de 2022, a Infraestruturas de Portugal nunca mais facultou qualquer tipo de informação ao Município de Santa Maria da Feira. -----

Posto isto, o **Sr. Presidente da Assembleia** clarificou o texto da deliberação a ser tomada, ou seja, que este órgão irá aprovar a solução B como a que interessa ao Município, em sede de Consulta Pública do projeto de “Alta Velocidade – Fase 1: Troço Porto-Soure”, e, em alternativa à solução preconizada, a reavaliação da hipótese alternativa, já apresentada nas reuniões de concertação, que inclui as soluções A e B, com uma nova união entre os pontos em que os dois traçados convergem, aproximadamente, entre os km 38 e 49. -----

Referiu ser esta proposta a ser submetida a votação, questionando ao Sr. Presidente da Câmara se pretendia dar mais algum esclarecimento antes do assunto ser votado, nomeadamente quanto à questão da solução alternativa que não está desenhada, ao que o Sr. Presidente da Câmara



pediu à Sra. Vereadora Ana Ozório para dar um esclarecimento.-----

-----  
Interveio a Sra. Vereadora do Pelouro do Urbanismo, Planeamento, Transportes e Mobilidade, **Ana Ozório**, que esclareceu que se está a falar de todo o traçado Aveiro-Porto, dando nota que a norte do concelho é o traçado B, e a sul, preconizado e pedido pelo Município de Ovar, é o traçado A, definido como ILBA Ovar, acrescentando que para todo o concelho, e no limite com Ovar, é que foi solicitada uma solução alternativa. -----

Finalizando, disse que a variante Monte Mourão é, no fundo, um sinal de que a Infraestruturas de Portugal tentou fazer algo perante o pedido efetuado, mas que tal não é suficiente. -----

-----  
Interveio novamente o membro **Carlos Martins** (IL), que disse estar a votação a proposta da Câmara em relação ao parecer, mas também se está a abrir um cenário, que é o que a Vereadora Ana Ozório acabou de explicar, o qual, no fundo, refaz a proposta que o estudo já prevê da variante Monte Mourão, aproximando-a mais da confluência entre a proposta A e B.-----

-----  
O **Sr. Presidente da Câmara** disse que, persistindo a dúvida, solicitava à Eng.<sup>a</sup> Sandra Resende que coloque novamente a planta com todas as soluções apresentadas e que explique novamente este aspeto.-----

-----  
Interveio a **Eng.<sup>a</sup> Sandra Resende** que explicou, mostrando no mapa projetado na tela, que a ILBA Ovar foi a solução que a Infraestruturas de Portugal achou para ajudar o município de Ovar, numa zona de expansão de indústria, ou seja, que se trata de um ajuste entre a solução A e B, que é onde entra no Município, na Freguesia de São Miguel de Souto. -----

Disse que a proposta da Câmara incide nas ligações entre a solução A e a

---



solução B, na parte em que, do lado poente, está Ovar. -----  
Disse que a Infraestruturas de Portugal traçou a variante Monte Mourão,  
que terá sido uma aproximação aos requisitos do Município, mas que,  
como o Sr. Presidente já referiu, não é o que o Município pretende,  
acrescentando que terá de haver uma solução para os dois municípios, a  
qual tem de ser concertada com os mesmos. -----

-----  
O **Sr. Presidente da Câmara** acrescentou que é na fronteira dos dois  
municípios que se pretende que seja estudada essa solução. -----

-----  
Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) frisando que, não querendo ser  
persistente, é muito importante saber o que é que se está a votar, para que  
não haja, no futuro, nenhuma dúvida sobre aquilo que esta Assembleia  
Municipal, hoje, deliberou. -----

Referiu que, aparentemente, no processo de negociação entre o Município  
de Ovar e o Município de Santa Maria da Feira, a solução de compromisso  
a que se conseguiu chegar foi esta variante, que não é suficiente, na  
opinião da Câmara, mas que ainda não existe uma outra alternativa, de  
outro traçado, além do traçado A e do traçado B. -----

Disse que, enquanto proposta, não se sabe aquilo que se está a votar, que  
aquilo que se diz é que, apesar desta variante ser mais próxima dos  
interesses do Município, ainda não é suficiente, pelo que sugere que, além  
de se aprovar a proposta B, se sugira à Infraestruturas de Portugal que  
corrija esta variante, aproximando-a da fronteira entre os dois municípios,  
porque é uma forma mais objetiva de saber o que se está a votar. -----

-----  
O **Sr. Presidente da Assembleia** salientou que o sugerido pelo membro  
Carlos Martins é o que consta do texto da deliberação a submeter a  
votação, clarificando que, em primeiro lugar, é a solução preconizada pelo  
Município, e já votada unanimemente pela Câmara, ou seja, a solução B, e,





não sendo esta a solução adotada, encontrar uma solução alternativa cujo desenho ainda não está rigorosamente definido, mas que será entre a solução A e a solução B, com uma nova união entre os pontos em que os dois traçados convergem, aproximadamente entre os quilómetros 38 e 49. - Referiu que é uma alternativa à solução que o município preconiza como a solução ideal, e deixa uma área de apreciação para que possa ser discutida em sede de execução, nomeadamente entre a solução A e B, acrescentando que não é uma solução técnica, rígida e definitiva, mas é uma solução a ser estudada, encontrando pontos de convergência com a Infraestruturas de Portugal para que possa vir a ser adotada. -----

-----  
Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 53 votos a favor (PSD:31, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar a solução B como a que interessa ao Município, em sede de Consulta Pública do projeto de “Alta Velocidade – Fase 1: Troço Porto-Soure”, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

Deliberou também aprovar, em alternativa à solução preconizada, a reavaliação da hipótese alternativa, já apresentada nas reuniões de concertação, que inclui as soluções A e B, com uma nova união entre os pontos em que os dois traçados convergem (aproximadamente, entre os km 38+000 e 49+000). -----

-----  
A deputada municipal **Susana Correia** (PS) fez a seguinte declaração de voto:-----

“O grupo municipal do Partido Socialista aprova esta proposta apresentada pela Câmara Municipal. No ponto 1, aprovar a solução B como a que interessa ao município de Santa Maria da Feira. No ponto 2, aprovar em alternativa à solução preconizada, a reavaliação de hipótese alternativa já apresentada nas reuniões de concertação, nós não conhecemos esta



proposta concretamente, e a Câmara Municipal deixa ao livre arbítrio, da sua solução, para a IP. Portanto, eu acho que nos deveríamos ter antecipado e apresentado aqui uma alternativa.”-----

O membro **Carlos Martins** (IL) fez a seguinte declaração de voto: -----

“Votamos favoravelmente a proposta que a Câmara traz, do traçado B. -----  
E, em relação à alternativa que aqui é identificada, nós só solicitamos aos serviços técnicos da Câmara que façam chegar à Assembleia Municipal os documentos que foram usados para apresentação nas reuniões de concertação que terão havido entre os municípios e a IP, uma vez que, enquanto deputados eleitos, não tivemos acesso a esses documentos que estão aqui a ser validados, de alguma forma, por esta votação também.”-----

O membro **Eduardo Couto** (BE) fez a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente esta proposta por uma questão de consideração pela população e pelos seus interesses, mas partilhar as ressalvas que já aqui foram apresentadas, quer pela Iniciativa Liberar quer pelo Partido Socialista, porque ficamos com a ideia de que a proposta é muito vaga. Os documentos não chegaram, nós não sabemos que concertação concreta foi feita com o município de Ovar e não se conhece, em detalhe, aquela que é a visão ao pormenor que a Câmara tem em relação a uma tal alternativa que não está explanada aquando da votação. E, por isso mesmo, estamos a favor, no caso, por uma questão de respeitar os direitos da população, mas com estas ressalvas.”-----

#### PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Não houve inscrições para intervir neste Período. -----

#### Documentos presentes à sessão da Assembleia Municipal-----

Todos os documentos submetidos à presente sessão fazem parte integrante



desta ata e ficam arquivados em pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a mesma a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta desta sessão. -----

Nada mais havendo a tratar, às 22 horas e 20 minutos, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou a sessão de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

O Presidente,

A 1.ª Secretária,

O 2.º Secretário,